

Clipping
5ª feira, 11.09.2008

Operação da PF apura lavagem de dinheiro	1
Nepotismo: Estado faz mapeamento	2
Educadores estaduais vão paralisar atividades dia 16	2
Magistério em defesa da carreira e do piso	3
Força Sindical lança projeto para qualificar deficientes.....	3
Desembargador fala sobre cooperativas	3
70% de fora da licença de 6 meses	4
Servidores do MP param	4
Beneficiados pelo STJ respondem por 245 crimes.....	4
Justiça bloqueia fazenda e garante o pagamento de funcionários da Vasp	5
Justiça proíbe cultivo de eucalipto no interior paulista	5
Aracruz inicia obras sem licença	5
Correios podem entrar em greve novamente	6
Polícia gaúcha faz revista surpresa em acampamento do MST.....	6
Francisco de Oliveira: a razão crítica contra o cinismo dos sem-razão.....	7

[Operação da PF apura lavagem de dinheiro](#)

Secretário de Governo de Canoas é apontado como “mentor”

Ao investigar fraudes em licitações para obras de infra-estrutura na Região Metropolitana, a Polícia Federal acredita ter descoberto um intrincado esquema de lavagem de dinheiro. Remetido à Vara Especializada em Crimes Financeiros da Justiça Federal, o inquérito aponta o secretário de Governo de Canoas, Francisco Fraga, como suposto mentor das operações.

De acordo com relatórios da apuração policial apresentados ao Supremo Tribunal Federal (STF), aos quais Zero Hora teve acesso, Fraga utilizaria pelo menos quatro empresas para legalizar os recursos desviados. Considerada pelo procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, um “grupo criminoso”, a organização utilizou até mesmo um zelador como laranja em uma das empresas investigadas.

O caminho trilhado pelo dinheiro sujo teria como primeiro destino a Magna Engenharia, de propriedade de Edgar Cândia e que mantém pelo menos três contratos com a prefeitura de Canoas. Souza afirma que, com freqüência, a Magna transferia recursos para a empresa Hans Sistemas, cuja dona é Neide Bernardes. Com um telefone celular e dois e-mails monitorados pela PF, Neide seria a responsável por fazer com que os recursos desviados chegassem a Fraga. “Esses valores são retirados em espécie e repassados pela própria Neide Bernardes ao investigado Chico Fraga”, relata Souza no inquérito.

Outro ramal do esquema envolveria a empresa Equipe Cooperativa de Serviços Ltda. As investigações demonstraram que o quadro societário da Equipe é composto por Silvia Oliveira da Silva e Paulo de Castro Gomes. Ambos, porém, seriam laranjas de Antonio Carlos Cavalheiro de Oliveira, dono de fato da empresa. No inquérito, Paulo Gomes é citado como acusado de furto em ocorrência policial registrada em Xangri-Lá. Na delegacia, ele teria declarado que trabalha como zelador na residência de Antonio Cavalheiro.

Cavalheiro figura ainda como titular de uma firma individual, a Antonio Carlos Cavalheiro de Oliveira. Os agentes descobriram que, desde sua fundação, em 2006, essa empresa somente prestou serviços à Equipe. Nos trechos do inquérito lidos por ZH, não

há explicações sobre a forma de relação das empresas de Cavalheiro com Chico Fraga. Enriquecimento ilícito é um dos possíveis crimes em exame

Em um requerimento remetido ao ministro do Supremo Marco Aurélio Mello, o procurador-geral pede que Fraga, Cândia, Neide, Cavalheiro, Silvia e Gomes sejam investigados por lavagem de dinheiro, “considerando as fortes evidências, contidas nos autos, da prática de atos tendentes à ocultação de patrimônio”. Conforme ZH revelou na edição de ontem, a PF coletou indícios robustos que apontariam enriquecimento ilícito de Fraga, cujo patrimônio seria “absolutamente incompatível com a renda declarada à Receita Federal”.

Foi monitorando 21 linhas de celular e quatro e-mails que seis policiais federais mapearam o DNA das fraudes. O rastreamento também se estendeu às pessoas que mantiveram contato com os suspeitos. No caso do correio eletrônico, Souza afirma que Fraga, o empresário Marco Antonio Camino e Neide utilizavam as mensagens virtuais para trocar informações privilegiadas sobre editais das licitações. As mensagens disparadas pelo trio eram remetidas simultaneamente para um e-mail espelho identificado como sol.na.delefaz.srrs@dpf.gov.br, uma referência à Operação Solidária, nome dado às investigações. Até mesmo o conteúdo da lixeira das caixas de e-mail foi monitorado.

Todas as informações eram organizadas em planilhas, reunidas em CDs pela PF e remetidas semanalmente a Souza. As interceptações só cessaram quando foi identificada mudança brusca no comportamento dos envolvidos, que diminuíram a frequência de conversas telefônicas. ZERO HORA

[Nepotismo: Estado faz mapeamento](#)

A governadora Yeda Crusius determinou ontem que todos os secretários façam um levantamento em suas pastas e órgãos subordinados para detectar possíveis situações que caracterizem nepotismo. A medida visa atender a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido. Os secretários deverão informar à Casa Civil sobre a incidência de casos no poder Executivo. Segundo a decisão do STF, aprovada em agosto, está vetada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade até o terceiro grau e o nepotismo cruzado. Segundo Yeda, trata-se de uma decisão extremamente corajosa dos ministros do STF, que, calcada nos princípios éticos, de transparência e de moralidade pública, resgata a cidadania e a justiça à sociedade como um todo. 'O Estado tem a obrigação de fazer a sua parte, e é o que nós estamos fazendo', afirmou a governadora. CORREIO DO POVO

[Educadores estaduais vão paralisar atividades dia 16](#)

Uma nova paralisação pela implementação do Piso Nacional do Magistério mobilizará professores e funcionários de escolas estaduais gaúchas no próximo dia 16. Organizado pelo Cpers/Sindicato, o protesto faz parte de pressão nacional que busca garantir o cumprimento da lei, sancionada em julho pelo presidente Lula. Na audiência desta semana, o assunto foi debatido em sessão promovida pelas comissões de Educação e de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores da Capital. O Magistério gaúcho já havia paralisado atividades em 15 de agosto e, agora, a categoria definiu, nacionalmente, os dias 16 de cada mês como datas de luta. Para setembro, estão previstos no Estado debates e paralisação nas escolas públicas estaduais. 'A luta é pela implementação do Piso, pelo reajuste salarial imediato e em defesa do plano de carreira', segundo explicou a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira.

Para a diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Juçara Dutra Vieira, as mobilizações no país estão inibindo ações dos estados para de derrubar pontos da lei. A proximidade das eleições municipais também contribuem, na avaliação de Juçara, em função do desgaste que representa. Ela destacou que estados como Pernambuco e Piauí já decidiram instituir o piso de R\$ 950,00. CORREIO DO POVO

Magistério em defesa da carreira e do piso

As diretrizes nacionais do Plano de Carreira do Magistério estão em debate no Conselho Nacional de Educação e no Congresso, paralelamente à defesa que os educadores realizam do Piso. Segundo Juçara Vieira, da direção da CNTE, a mobilização pelo piso e pelo plano de carreira seguirá até o final do ano. 'Somente o valor não altera a realidade. É preciso também tratar da implantação da carreira', explicou Juçara. O Piso do Magistério já havia sido discutido na Câmara em 12/8, mas a expectativa era ter a presença da secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, nesta nova audiência; o que não se confirmou, pois Mariza estava em Brasília. Desde a aprovação da lei, secretários de Educação questionam alguns pontos do texto. CORREIO DO POVO

Força Sindical lança projeto para qualificar deficientes

Muitas vezes há vagas, mas esse público não cumpre requisitos exigidos. A falta de qualificação e as dificuldades em conseguir circular nas cidades são alguns dos fatores que contribuem para o afastamento das pessoas com deficiência do mercado de trabalho. No país, números da Força Sindical-RS apontam a existência de 25 milhões de trabalhadores com algum tipo de necessidade especial. A entidade lançou ontem um projeto de qualificação profissional específico para essa população, durante audiência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa, que tratou do assunto.

O preconceito e a falta de conhecimento por parte das empresas também são apontados como causas que impedem uma inclusão social efetiva desse público.

As exigências da legislação trabalhista quanto à destinação de vagas e a falta de qualificação estiveram entre os temas tratados no encontro, promovido a pedido da Força Sindical-RS. A necessidade de salas especiais para a qualificação e o mapeamento das vagas compõem o projeto apresentado. 'Grande parte dos trabalhadores portadores de deficiência está fora do mercado por falta de qualificação e de acessibilidade', afirmou o presidente da entidade, Cláudio Janta. Ele propôs a organização de uma campanha institucional da Assembléia Legislativa para a conscientização do poder público, das empresas e das pessoas com deficiência.

O superintendente regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul, Heron de Oliveira, disse que a intenção é oferecer mais cursos de qualificação voltados aos portadores de deficiência, mas admitiu que apenas essa medida não resolverá o problema.

Para o superintendente, existe a necessidade de terminar com o preconceito ainda presente nas empresas. 'Mesmo com qualificação, as pessoas com deficiência encontram dificuldade no ingresso no mercado de trabalho', constatou. CORREIO DO POVO

Desembargador fala sobre cooperativas

As decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) são, majoritariamente, contrárias aos interesses do cooperativismo. A afirmação foi feita ontem pelo desembargador federal do Trabalho Luiz Alberto de Vargas durante entrevista ao programa 'Agora', da Rádio Guaíba. 'Pode estar próximo o fim dessa doutrina econômica que atribui às cooperativas um papel primordial', observou. Para

ele, o cooperativismo se transformou em sinônimo de 'mão-de-obra barata'. Segundo Vargas, muitas cooperativas são espaços para prática de fraudes e por isso são combatidas. 'As cooperativas são altamente positivas, desde que sigam modelos internacionais', assinalou. Ele destacou a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto que proíbe a criação de cooperativas para intermediar mão-de-obra terceirizada. CORREIO DO POVO

70% de fora da licença de 6 meses

O veto do presidente Lula à adesão das micro e pequenas empresas ao Programa Empresa Cidadã pode deixar 70% das trabalhadoras sem a licença-maternidade de seis meses. No Brasil, a maioria das mulheres é contratada por empresas de pequeno porte, diz a equipe que elaborou o projeto. O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior, acredita que a sociedade civil vai pressionar por uma solução. CORREIO DO POVO

Servidores do MP param

Servidores do Ministério Público (MP) Estadual paralisaram ontem as atividades no Centro da Capital e também em Santa Maria, Casca, Uruguaiana, Guaíba e Passo Fundo. A categoria pede parecer quanto ao projeto de lei que prevê reposição salarial para os trabalhadores antes do dia 26, quando ocorrerá a assembléia geral com indicativo de greve por tempo indeterminado. Na próxima quarta-feira, haverá novas mobilizações. CORREIO DO POVO

Beneficiados pelo STJ respondem por 245 crimes

MARIO CESAR CARVALHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Dois empresários beneficiados por uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que considerou excessivas escutas telefônicas de dois anos, são acusados de cometer 245 crimes, já foram condenados a 49 e 45 anos de prisão e fugiram para o Uruguai quando estavam presos num hospital, segundo o Ministério Público Federal do Paraná. O STJ anulou as provas contra os uruguaios Isidoro Rozenblum Trosman (45 anos de prisão) e Rolando Rozenblum Elpern (49 anos) por entender que a privacidade dos dois foi devassada por uma escuta que durou quase dois anos.

No processo anulado, Trosman e Elpern haviam sido condenados por corrupção ativa. Eles deram dinheiro a dois auditores da Receita Federal para que eles fizessem vista grossa ao descobrirem uma sonegação de R\$ 60 milhões.

Por esse crime, foram condenados a 22 anos e 17 anos pelo Tribunal Regional Federal de Porto Alegre. Essas penas foram anuladas pelo STJ.

Na época da escuta, em 2004, os dois eram proprietários da fábrica de motos e bicicletas Sundown, vendida por eles depois. Também foram condenados por enviar ilegalmente para o exterior R\$ 21 milhões.

Os procuradores Deltan Dallagnol e Orlando Martello Jr., que atuaram na investigação, criticaram duramente a decisão do STJ em manifesto que divulgaram ontem.

"Aqui na base da pirâmide ninguém está brincando de super-herói ou está querendo olhar a vida alheia pelo buraco da fechadura. Não existe qualquer notícia do uso indevido do conteúdo dos diálogos monitorados", afirma o texto.

Segundo eles, a escuta por quase dois anos foi uma necessidade da apuração. "Se os crimes se repetiram às dezenas, engendrando a necessidade de perpetuação dos monitoramentos, a responsabilidade por isso não é do Estado, mas sim dos

investigados".

"Esse pessoal do STJ não entende nada de investigação", disse Martello Jr. à Folha, sobre o voto do ministro Nilson Laje, no qual ele diz que o monitoramento é autorizado por 15 dias, prorrogáveis por mais 15. "Em 30 dias, você mal consegue levantar a rede de relacionamentos do investigado".

Dallagnol diz que uma de suas frases prediletas é do filósofo alemão Hegel (1770-1831)-"a verdade é o todo". "Não dá para investigar crimes minimamente complexos com escutas de 30 dias. Para você entender o sentido, você tem de entender o contexto". Procurado pela Folha, o ministro não quis comentar as declarações dos procuradores.
FOLHA DE SP

[Justiça bloqueia fazenda e garante o pagamento de funcionários da Vasp](#)

Graças a uma decisão da Justiça do Trabalho, cujo processo teve início há três anos, os ex-funcionários da Vasp conseguiram o bloqueio da fazenda de Canhedo, avaliada em R\$ 421 milhões, para o pagamento de seus créditos. De acordo com o Valor Econômico, a procuradora do MPT-SP (Ministério Público do Trabalho de São Paulo), Vivian Rodriguez Mattos, representante do MP-SP (Ministério Público de São Paulo) na ação, afirma que o empresário, ao assinar o acordo, reconheceu a responsabilidade solidária do grupo econômico pelo pagamento dos débitos trabalhistas existentes caso a Vasp não os quitasse.

[Justiça proíbe cultivo de eucalipto no interior paulista](#)

O Tribunal de Justiça manteve por unanimidade a liminar que proíbe o plantio de eucalipto no município de São Luiz do Paraitinga (SP). A decisão foi anunciada no dia 28 de agosto. Em novembro de 2007, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo propôs uma ação civil pública para defender os pequenos agricultores que sofrem com os prejuízos sociais e ambientais causados pela expansão descontrolada da monocultura na região. A ação denuncia que rios e nascentes teriam secado, animais e a população foram contaminados por agrotóxicos e trabalhadores rurais ficaram desempregados devido ao avanço de plantações de eucalipto no município. Segundo a Defensoria, as plantações em questão são de responsabilidade da Votorantim Celulose e Papel e da Suzano Papel e Celulose. A Promotoria de Justiça do município havia tentado impedir que a ação da Defensoria tivesse prosseguimento. No entanto, o Tribunal de Justiça indeferiu o pedido da Promotoria e entendeu que a Defensoria tem o direito e dever de atuar em questões ambientais a favor da população. O plantio permanecerá suspenso até o julgamento do processo em curso. (fonte: Folha de São Paulo e Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores de São Luís do Paraitinga/SP)

[Aracruz inicia obras sem licença](#)

A Aracruz Celulose iniciou a ampliação de uma de suas fábricas, localizada em Guaíba (RS), sem que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente fosse consultada, como determina a legislação. Há cerca de um mês, o Conselho de Meio Ambiente do município pediu esclarecimentos à Fundação Estadual de Proteção Ambiental em relação à Licença Prévia da empresa. No entanto, segundo o órgão, o pedido para a concessão da licença havia sido feito há apenas uma semana. Sem o documento, as obras da Aracruz são ilegais. Este não é o único problema judicial enfrentado pela empresa.

Em junho deste ano, a Veracel (união da Aracruz e da Stora Enso) foi condenada a reflorestar uma área de 96 mil hectares, cobertos de eucaliptos, área da qual obtivera licenças de plantio entre os anos de 1993 e 1996, mas que não respeitavam a legislação pertinente. A empresa também foi condenada a pagar uma multa de R\$ 20 milhões pelo desmatamento da Mata Atlântica entre 1991 e 1993. (fonte: MST)

[Correios podem entrar em greve novamente](#)

De acordo com diretor do sindicato da categoria, eles entrarão em greve a partir do dia 15 de outubro caso a empresa não negocie

Os trabalhadores dos Correios de todo o país estão mais uma vez em iminência de greve. De acordo com Denílson Melo, diretor de assuntos jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos de Sergipe (Sintect/SE), a categoria se reuniu em Brasília e decidiu entrar em greve no dia 15 de outubro caso a empresa não discuta o Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) com os funcionários e não cumpra o acordo coletivo firmado em novembro de 2007.

“Até o momento, o Governo não está dando atenção às nossas reivindicações. Se, no prazo dado, a direção dos Correios não sentar para negociar, nós entraremos em greve por tempo indeterminado no primeiro minuto do dia 15”, afirma Melo. Ele também informa que desde a última segunda-feira, 8, o sindicato realiza atividades de mobilização dos servidores e no dia 14 de outubro, eles farão uma grande assembléia geral.

Greve anterior

Em 1º de julho deste ano, os trabalhadores dos Correios iniciaram uma greve de 21 dias, reivindicando adicional de risco, além dos pontos da pauta da greve atual. Naquele período, cerca de 1 milhão de cartas deixaram de ser entregues. O secretário geral do Sintect/SE, Sérgio Lima, informa que, por conta das últimas mobilizações, foram movidos cinco processos contra o sindicato, sendo dois desses direcionados especificamente a ele. A maioria desses processos já foi arquivada.

[Polícia gaúcha faz revista surpresa em acampamento do MST](#)

Na tentativa de acabar com as invasões na fazenda [São João da Armada, em Canguçu](#), a Brigada Militar mirou em um alvo a 200 metros de distância.

A reportagem é do jornal Zero Hora, 11-09-2008.

Os policiais fizeram uma revista no assentamento Integração Camponesa. Um grupo de 150 acampados, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no local era identificado e revistado na Delegacia de Polícia Civil local na noite de ontem.

Para executar a estratégia, a corporação mobilizou um efetivo com aproximadamente 170 homens – cem deles somente do Batalhão de Operações Especiais (BOE). Os policiais vieram de vários municípios, entre eles Porto Alegre, Bagé, Pelotas e Santa Maria.

– Não podíamos facilitar, até pelo número grande de manifestantes – disse o comandante da Brigada Militar, coronel [Paulo Roberto Mendes](#).

De acordo com [Mendes](#), a retirada dos manifestantes foi pacífica. Foi lida uma ordem judicial dada pela 1ª Vara Criminal de Canguçu que obrigava a desocupação da São João da Armada, que havia sido invadida ontem, e a busca e apreensão no acampamento do MST. A chuva era intensa, o que dificultou o deslocamento da BM pelas embarradas estradas vicinais que davam acesso ao local.

A ação contra os integrantes do MST foi motivada pela proximidade das instalações com a São João da Armada. A cada mobilização da BM, os manifestantes voltavam para

o acampamento. Sem a presença de policiais, retornavam à fazenda. Em ônibus especiais da BM, os integrantes, entre eles homens, mulheres e crianças, foram deslocados para a Delegacia de Polícia de Canguçu. A revista no acampamento ainda era realizada até as 23h de ontem. Procurado por telefone por Zero Hora, um integrante do MST que não quis se identificar criticou a ação da Brigada Militar. Ele afirmou que o grupo deve se reunir hoje para ver qual medida será tomada. A ação de revistar sem-terra em acampamentos – e não em invasões – não foi a primeira da BM. Em maio, os policiais adotaram a mesma tática na Fazenda São Paulo 2, em São Gabriel.

Francisco de Oliveira: a razão crítica contra o cinismo dos sem-razão

Trata-se de um truísmo afirmar que o professor Francisco de Oliveira, Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP) é hoje um dos principais intelectuais brasileiros. Autor de uma respeitável obra de estudos sociológicos, hoje clássicos, tais como *Elegia para uma re(li)gião* (1977), *A economia da dependência imperfeita* (1989), *Os direitos do antivalor* (1998) e o recente e polêmico artigo *O ornitorrinco*, incluído no volume *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco* (2003), aos 74 anos, o professor mantém-se ativo, repleto de compromissos e com uma produção intelectual intensa de quem não fica parado e pensa as questões atinentes ao Brasil e à evolução recente do capitalismo em tempo integral.

A reportagem e a entrevista é dos professores Jaldes Reis de Meneses (DH-UFPB) e Maria Aparecida Ramos (DSS-UFPB) e publicada no blog <http://jaldes-campodeensaio.blogspot.com> 10-09-2008..

Dotado de imensa coragem e independência crítica, filiado em suas origens mais antigas a Celso Furtado, com quem compartilhou a direção intelectual da SUDENE antes de 1964, é impressionante a capacidade renovação do pensamento de Chico de Oliveira. Sempre munido da razão crítica contra o cinismo dos sem-razão, estamos diante de um pensamento em movimento, irônico e curioso, que se vale com rigor e sem preconceitos de vários matizes intelectuais, talvez para surpresa dos dogmáticos – acostumados à macaqueação como meio de sobrevivência –, num escopo que vai, por exemplo, Antonio Gramsci, Walter Benjamin e Jurgen Habermas a Michel Foucault. Sobretudo, Chico de Oliveira vai beber nas lições metodológicas da crítica da economia política de Marx, a qual renovou na formulação da teoria do antivalor, injetando política onde muitos conseguiam divisar somente uma espécie de movimento automatizado do capital. Lênin estava correto ao afirmar que o imperialismo significava a fusão do capital comercial e industrial (o mercantilismo e a revolução industrial, amalgamados), gerador de um novo tipo de capital financeiro e uma cúpula de poder, a oligarquia financeira. Ainda assim, distraído, relevou, nesta escalada de poder, o ápice de tudo, o banco central e o Estado, conforme acabamos de assistir no episódio de tentativa de salvação, da parte do FED e do governo Bush, das duas grandes casas de hipotecas imobiliárias norte-americanas. Eis o antivalor em ação.

Alguma pessoa em sã consciência pode negar a existência de duas grandes poéticas em Marx? Uma primeira contida na crítica da economia política; e a segunda, nos estudos históricos sobre a França revolucionária novecentista. Antevimos, assim, a uma alegoria: o Shakespeare de *O mercador de Veneza* no Marx de *O capital* (economia política); bem como no Marx o de *18 brumário* de Luis Bonaparte (estudos históricos e políticos) elementos da escritura do poder desvelada em um *Macbeth* – mas podia ser *Hamlet* ou qualquer das fábulas políticas shakespearianas. A sinfonia de sonhos, máscaras e espectros do teatro elizabetano do século XVI, foi reeditado em Marx como metáfora do jogo político na luta de classes na historiografia de Marx. Os personagens

vão se reinterpretando. Por seu turno, Chico de Oliveira faz uso magistral de ambas as poéticas marxianas, denso e elíptico como João Cabral de Melo Neto e Graciliano Ramos. Mais vale a síntese da razão crítica que ilumina.

Na presente entrevista, podemos ler em Chico de Oliveira o fino analista da conjuntura, empenhado em análises dos principais acontecimentos da hora presente. Nas respostas às nossas perguntas, sentimos algo como uma ressonância da atitude desmistificadora de O 18 brumário, no tocante à análise das forças políticas em presença. Marx foi escritor de obras primas e formulador de uma teoria política realista, numa autêntica analítica das relações de força, fundamentada no preceito de que as lutas políticas são os resultados da evolução das lutas de classes, mesmo quando estas parecem se eclipsar, com acontece atualmente. Acostumado aos ventos e trovadas na aventura de compreender um país de história complexa e original como o Brasil, igualmente ao mouro alemão, Chico de Oliveira é ciente da dura materialidade dos enfrentamentos sociais, e que por trás da conciliação – lição de Walter Benjamin –, na verdade, se esconde a derrota, contudo, na mesma cápsula, pode-se divisar a memória dos oprimidos. Enfim, um clássico do pensamento brasileiro. Eis a entrevista.

Caro professor Francisco de Oliveira, em seu instigante artigo “Política numa era de indeterminação” (publicado no livro “A era da indeterminação”, editora Boitempo, 2007), o senhor faz uma periodização do século XX brasileiro, desde principalmente 1930, como um período de “internalização das decisões” (Celso Furtado) que resultou em um momento derradeiro (a assim chamada “Nova República”, 1985-1990) em que pareceu que tínhamos um sistema político assentado num jogo de adequação de interesses, classes e representação política. De repente, tudo isso se esfumou. No Brasil de hoje (2008) se vive, ainda, uma “era da indeterminação”? Qual a governabilidade da “indeterminação”, se por paradoxo é possível?

Creio que a indeterminação já se resolveu, ou pelo menos, seguindo uma sugestão de Vladimir Safatle em seu recente “Cinismo e a Falência da Crítica” (São Paulo, Editora Boitempo, 2008), estamos numa estabilização da indeterminação. Isto quer dizer que esta fase é marcada pelo que estou chamando “[Hegemonia às Avessas](#)”, (leiam meu artigo na revista Piauí, número 04 janeiro de 2007, páginas 56 e 57). Isto quer dizer que os dominados controlam a “pequena política” – para você, Jaldes, um cultor de Gramsci, isto é conhecido – desde que ela não afete os grandes interesses do capital, ou a “grande política”. Mas esta condução da “pequena política” é o avesso da hegemonia, pois vai na direção contrária a qualquer projeto de classe. É uma regressão política, na verdade. Creio que é uma forma de dominação periférica própria do capitalismo globalizado, e a meu juízo, ocorre também na África do Sul, onde o apartheid foi derrotado no plano da política, mas continua dominante no plano da economia. Lula é o Mandela do Brasil. Aos dominados, a política, como divertimento, e aos dominantes, o controle da economia. Mas não é tão simples, pois uma fração dos dominantes hoje provém dos dominados, que chamei uma “nova classe” no O Ornitorrinco (Crítica da razão dualista/o ornitorrinco). Como se vê, continuamos a inventar.

Em recente programa de televisão alusivo aos 90 anos de Antonio Candido, o senhor afirmou que a geração de autores como o próprio Candido, Caio Prado, Florestan Fernandes, etc., são “pontos de partida” e não “de chegada” na compreensão do Brasil. Como é possível chegar a algum “ponto”, em termos de espaço nacional brasileiro, diante da internacionalização da economia?

Eles são pontos de partida, porque é a partir daí que temos que avançar na compreensão do Brasil. Não são mais pontos de chegada, por exemplo, com Celso Furtado: a globalização redefiniu os termos entre periferia e centro, por isso a teorização de Furtado não pode ser entendida como uma radiografia do Brasil de hoje e de sua

inserção no sistema internacional. A partir de sua “internalização de decisões”, que foi o auge do “subdesenvolvimento”, podemos partir para entender a extroversão das decisões, mas não podemos nos contentar com as recomendações de política que decorriam do “subdesenvolvimento”. Com os outros grandes teóricos, passa-se mais ou menos o mesmo, talvez menos com Antonio Candido, pois como sabemos as mediações de sociedade, Estado e sistema econômico são mais complexas, e qualquer reducionismo aí é muito perigoso. Florestan pode ser entendido na chave também do “ponto de partida”, mas sua interpretação sobre a ausência de “revolução burguesa” no Brasil, em chave parecida com as dos nossos Carlos Nelson Coutinho e [Luis Werneck Vianna](#), deve ser repensada, pois no capitalismo globalizado já não se faz necessária que a burguesia nacional seja revolucionária. Aliás, se a “hegemonia às avessas” tem alguma qualidade como “provocação teórica”, está exatamente em que a globalização utiliza as “energias utópicas” (Habermas) dos dominados para a nova forma de dominação.

Tivemos dois anos de crescimento econômico no Brasil. Sobrevém atualmente uma crise econômica internacional, com fulcro nos Estados Unidos. Diante da conjuntura, como se projetam as dificuldades no governo brasileiro, doravante?

Pode-se produzir “descolamento” entre a crise nos USA e também na Europa, e a expansão capitalista no Brasil. Estamos nos especializando em commodities, além de que convém insistir em que a dinâmica capitalista na China e na Índia supre as demandas de outras regiões. A crise norte-americana, que é sobretudo de caráter financeiro, não necessariamente afeta as commodities. Já se produziu algo parecido na crise dos anos 30: enquanto o capitalismo central mergulhava em recessão, a economia brasileira cresceu. O problema, desta vez, é que o financiamento da acumulação de capital no Brasil se extroverteu, e então uma crise financeira pode nos afetar gravemente.

Na esteira das antigas e polêmicas digressões de Rui Mauro Marini, enunciadas em *Dialética da dependência* (México, Editora Era, 1977), ainda na década de 70 do século passado, alguns vizinhos brasileiros (Bolívia, Paraguai, e mesmo a Argentina, entre outros) voltaram a falar em um “sub-imperialismo” brasileiro. Realmente, os investimentos estatais e empresariais brasileiros têm crescido nesses países. Como analisa a questão?

Creio que Rui Mauro Marini previu corretamente a trajetória do capitalismo brasileiro e suas relações com a América do Sul. Na época, apenas Itaipu anunciava sua tese; agora, a Petrobrás controla 15% do PIB da Bolívia. Isto é uma empresa dentro de um Estado ou um Estado dentro de uma empresa? Até o governo brasileiro tem medo da Petrobrás: a discussão atual sobre o Pré-Sal mostra que o governo não controla mais sua principal empresa. Parodiando Paul Baran [1910-1964], em conferência no Recife, que nunca foi divulgada, não é o governo brasileiro que controla a Petrobrás, mas é a Petrobrás quem controla o governo brasileiro. Perto disso, o imperialismo das antigas grandes “sete irmãs” do petróleo é brincadeira de aprendiz.

Face à ciclotimia das posições do Brasil na “rodada de Doha” da OMC (começou com posições alinhadas à China, Índia e Argentina, depois reviu posições), o impasse final revela uma questão estrutural interessante: a China e a Índia pretendem aprovar mecanismo de proteção a os camponeses contra os surtos de importação do agro-negócio, inclusive o brasileiro. Fala-se em agricultura familiar, mas não há mais camponeses requisitando proteção contra os preços internacionais no Brasil? Como abordar a “questão agrária” no Brasil de hoje?

Não sou muito bom em assuntos de comércio internacional, mas é muito evidente que o agro-negócio é quem dita a política comercial brasileira. Assim, as idas e vindas, a vacilação, a mudança de posição na Rodada Doha só confirma isso. O Brasil volta

assim à era do café: suas exportações colocam-se contra as condições de vida das parcelas menos importantes das classes dominadas. A questão agrária perdeu importância na medida em que o agro-negócio resolveu a “questão agrícola”: não há mais nenhum produto importante da economia camponesa na mesa do brasileiro, daí que a solidariedade com os Sem-Terra, por exemplo, não passa do nível e superfície da retórica. Num país em que o principal sojicultor do mundo era do PPS, tudo é possível. E o principal depredador: vocês já viram um mapa de Mato Grosso? Reparem nas legendas: a enorme área sem vegetação é hoje de cultura de soja, de milho, e mesmo a pecuária está sendo varrida, assim falou esse senhor Maggi, governador daquele infeliz estado.

Os Estados Unidos parecem viver, nas eleições presidenciais de 2008, o esgotamento da “era Bush” (de predomínio neoconservador) e certa retomada do gosto pela política. Sumariamente, como o senhor analisa as eleições norte-americanas e o fenômeno de Barack Obama?

Não compartilho desse otimismo. Obama é tão conservador quanto Lula. Ele é mais establishment que Hilary, que no fundo não passava de uma advogada de província – ela era de Arkansas, como o marido – enquanto Obama frequentou Harvard. Fiz um artigo para a Folha de S.Paulo que se chamava exatamente “[Obama, Tocqueville e a Ilusão Americana](#)”. Obama é uma ilusão.